

Necessário regulamentar uso de recursos hídricos

— defende Ministro João Salomão, na inauguração da Barragem de Corumana

O Ministro da Construção e Águas, Dr. Eng.º João Salomão, defendeu ontem uma correcta gestão dos recursos hídricos como condição para o sucesso do desenvolvimento sócio-económico que o país pretende e para o qual todos os moçambicanos se empenham.

Ele disse que não basta dispormos de infra-estruturas de aproveitamento de água — numa alusão às barragens — pois é necessário que se crie uma legislação que defina os recursos hídricos como propriedade do Estado e assegure a coordenação de todas as instituições e entidades envolvidas no uso dos recursos hídricos.

João Salomão falava na cerimónia que marcou a entrada em funcionamento, a partir de ontem, da Barragem de Corumana, que ele classificou de empreendimento decisivo para o desenvolvimento sério e estável da região do Sâbiô, pois a partir de agora será possível regularizar os caudais do rio para a sua utilização na rega e no reforço dos caudais do médio e baixo Incomati durante a época seca.

O Ministro da Construção e Águas considerou, contudo, que a complexidade e a diversidade dos problemas de água num país com um desenvolvimento sócio-económico numa via nova — como o nosso, exigem uma lei de águas que se baseie em princípios gerais de gestão dos recursos hídricos que não entrem em contradição com a política do país e a orgânica institucional.

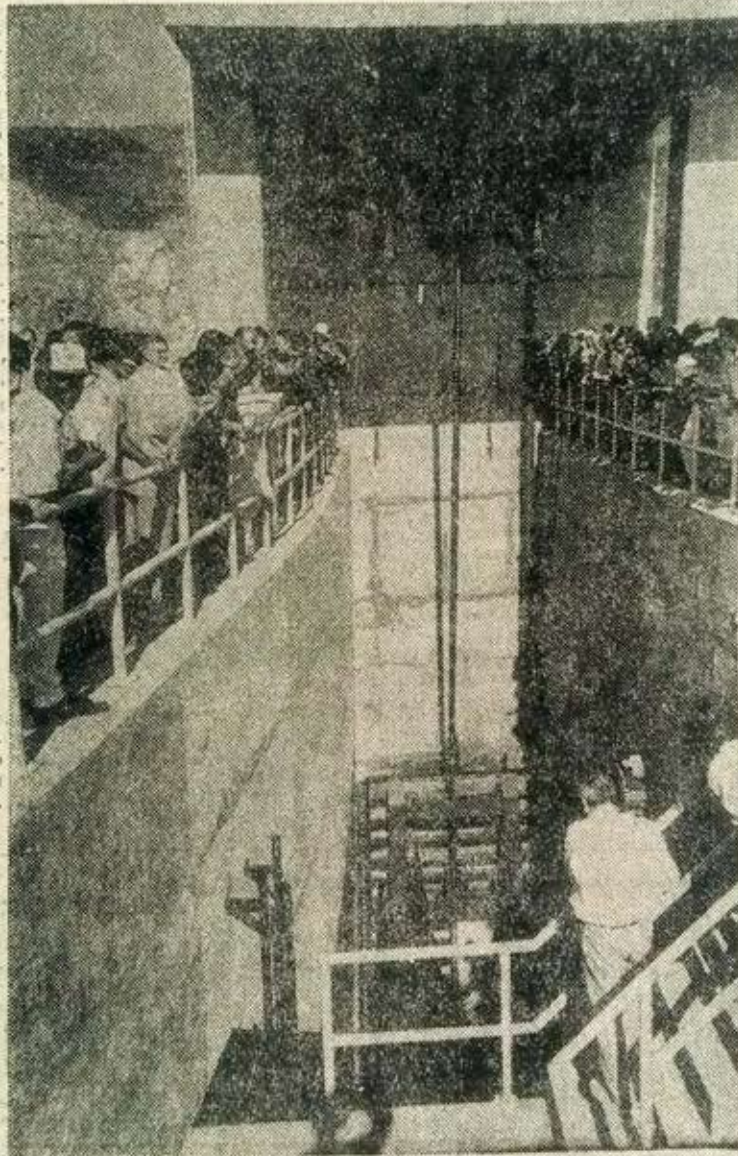
Acrescentou que neste momento o país dispõe do mínimo de meios técnicos e organizacionais para pôr em prática tal lei de águas e que só nesta altura existe uma certa receptividade por parte de outras instituições e do público em geral para a introdução de uma legislação que defenda o uso racional de recursos hídricos, numa alusão à promulgação recente de outras leis como a de uso e aproveitamento da terra, entre outras.

O Engenheiro Salomão disse que aparentemente Moçambique aparece como um dos países africanos com maior índice de volume de água superficial «per capita», pois na realidade os recursos de água doce estão distribuídos muito irregularmente no tempo e no espaço, não coincidindo, por exemplo, com as zonas onde se concentra a maioria da população e onde há outros recursos naturais para cuja exploração se necessita de água.

Apresentou para o efeito dados comparativos, os quais dão de facto a realidade moçambicana nesta matéria e fundamentam, desta maneira, a necessidade de uma legislação que regule o uso e aproveitamento dos recursos hídricos. Assim, disse que a média mundial é de 27 metros cúbicos por dia e habitante, e a média em África é de 31 metros cúbicos por

dia e habitante, enquanto em Moçambique essa média se situa em 23 metros cúbicos por dia e habitante se apenas contarmos com a água resultante das chuvas.

tão e planeamento adequados, que a parte desses recursos que nos cabem fará parte dos acordos internacionais de partilha. E a lei de águas contribuirá para um reforço desta capaci-



Este um dos importantes sectores da barragem, o canal de restituição que permite a regulação dos caudais do rio

Segundo o Ministro João Salomão, vendo Moçambique um país com uma forte dependência das afluências de água dos países de montante (cerca de 60 por cento do total de recursos hídricos superficiais), é necessário assegurar através duma correcta ges-

tão e uma intervenção organizada dos diversos sectores interessados nos recursos hídricos — disse.